

APRESENTAÇÃO

ESTUDOS DA FALA E DA ESCRITA: CAMINHOS E DESVIOS

Este número dos *Cadernos de Pós-Graduação em Letras* publica estudos sobre oralidade tomada tanto no sentido específico da conversação, como é o caso da análise de interações face a face, quanto em sentido amplo, o que envolve os estudos da língua falada na perspectiva dos estudos do texto e do discurso. Nesse âmbito, o dossiê apresenta artigos sobre análise da conversação, na perspectiva etnometodológica e da linguística interacional; sobre interações televisivas e radiofônicas, focalizando noticiários, entrevistas, debates e discursos políticos; sobre questões de oralidade nas redes sociais e na internet; e sobre efeitos de oralidade em textos escritos. Apresentaremos, na sequência, o contexto teórico em que esses artigos se inserem.

A fala na perspectiva dos estudos da conversação

Em termos gerais, quando se fala em oralidade, evoca-se imediatamente a comunicação na fala, particularmente a interação face a face, a conversa, que é a interação falada prototípica. Ela acontece quando ao menos dois indivíduos se encontram e, a partir desse encontro, sem preparação prévia, iniciam um diálogo sobre um tema de interesse comum naquele momento. Na interação, eles alternam, em situação face a face, os papéis de falante e ouvinte no desenvolvimento de determinado tema. Nessas condições, os propósitos comunicativos de um em relação ao outro não vêm anteriormente planejados. Quando muito, o falante que desencadeia a conversa tem uma vaga noção do que vai dizer ao

proceder ao turno. E, a partir daí, a interação se desdobra por determinações mútuas, seguindo destino incerto, que só se definirá em sua evolução no âmbito da prática social que a move. Isso quer dizer que é no próprio desdobramento da enunciação que o planejamento da interação se realiza, e este só se completa com a enunciação concluída. Essa simultaneidade do “dizer” e com o “que dizer”, nas condições sempre renovadas da dinâmica contextual, deixa uma série de marcas responsáveis pela caracterização específica da enunciação conversacional e, portanto, pela distinção entre o “texto” conversacional e o texto escrito.

Abordar essa distinção é um trabalho importante no estudo da fala, pois dá às características desta especial relevo. É verdade que, do ponto de vista da natureza enunciativa, os dois tipos de enunciação (na fala e na escrita) mais apresentam identidades e afinidades do que grandes diferenças. As distinções vão se revelar mesmo no âmbito dos enunciados, isto é, dos produtos da enunciação.

Quando se analisa o produto final de uma interação falada, isto é, quando se ouve a gravação e, simultaneamente, se acompanha sua transcrição, observa-se que, nesse enunciado, vêm registradas, em princípio, todas as operações realizadas pelos interlocutores na progressividade da enunciação, no contexto e nas circunstâncias em que esta se realizou. O registro detalhado dos procedimentos da produção interativa constitui o principal traço distintivo do “texto” falado. Já no texto escrito, muitas das atividades de enunciação vêm nele apagadas.

Explicitemos essa distinção no seguinte segmento conversacional:

DOC vocês disseram que a nossa moda sofre influência estrangeira [...] como vocês justificariam essa influência? ...

L1 bom ... isso é normal ... tudo aquilo que se consome que se vê ... tem uma uma:: ... uma uma ...

L2 uma origem

L1 uma origem euro/eu não vou dizer europeia eh estrangeira ... sempre de países ou de regiões e zonas mais desenvolvidas (HILGERT, 2009, p. 165).

Em resposta à pergunta de DOC, verifica-se, ao final do primeiro turno de L1, uma clara sinalização, por meio da repetição do artigo “uma” (quatro vezes), acentuada por alongamento e pausas, de que o falante está à busca de uma formulação adequada para o que intenta dizer. No dizer de Blanche Benveniste (1990, p. 25), explicita-se, no desdobramento da interlocução, um “trabalho de

denominação”. O ouvinte, L2, percebendo que seu interlocutor não está chegando a bom termo nessa busca, sugere-lhe uma solução: “uma origem”. L1, então, mesmo antes de L2 concluir sua sugestão, intervém, acolhendo-a como sendo a formulação própria para a otimização de seu enunciado, como podemos verificar na última intervenção de L1.

É da natureza do “texto” falado que todo esse trabalho de busca da formulação adequada fique registrado, fixando-se, assim, no enunciado, o *aqui* e o *agora* da enunciação. Embora esse trabalho também possa ser inerente à enunciação escrita (nela igualmente são recorrentes hesitações nas escolhas lexicais e nas formulações sintáticas, interrupções, reinícios, correções, adequações, reformulações), ele vem, em princípio, apagado no enunciado, no qual só se registra o produto final. Nesse sentido, a interação aqui em foco, para fins de comunicação escrita, poderia ficar assim:

DOC vocês disseram que a nossa moda sofre influência estrangeira. Como vocês justificariam essa influência?

L1 Bom, isso é normal. Tudo aquilo que se consome, que se vê tem origem, não digo europeia, mas estrangeira, sempre de países ou de regiões e zonas mais desenvolvidas.

É evidente que, nessa reformulação para a escrita, não haveria razão para o turno colaborativo de L2, uma vez que ele só se justifica por força da hesitação de L1 na definição lexical, em situação face a face, hesitação não registrada na versão final do texto escrito, mas não necessariamente ausente de seu processo de enunciação. Em outras palavras, é bem possível que, na formulação escrita do texto, o termo desejado também não tenha ocorrido ao enunciator de forma imediata e fluente, mas só depois de um trabalho cognitivo de busca e definição.

Em resumo, a natureza do “texto” falado consiste no fato de ele explicitar seu processo de enunciação expondo as estratégias do enunciator (do *eu*) para fazer-se compreender e, assim, persuadir o seu enunciatário (o *tu*), *aqui* e *agora*, em situação face a face, isto é, em situação de proximidade. O texto escrito, pelas próprias condições de produção, marcadas pelo distanciamento entre destinador e destinatário, não expõe de forma tão explícita e minuciosa as marcas da enunciação, o que não significa que textos escritos não possam evidenciar relações de proximidade entre autor e leitor, como veremos.

Focalizar os traços que produzem efeitos de proximidade em textos escritos é estender a abordagem da oralidade também à escrita. Em textos escritos,

não se apresentam, obviamente, conforme vimos, as marcas de oralidade inerentes a uma conversa, como a alternância de turnos, a negociação *aqui e agora* da melhor formulação, certas repetições e paráfrases, interrupções sintáticas, recomeços, hesitações e outras similares, que são características próprias de uma enunciação em que os interlocutores enunciam face a face, isto é, em que tempo e espaço de produção e recepção coincidem. Na escrita, a oralidade é de ordem conceptual (cf. KOCH; OESTERREICHER, 1985; 1990; 1994; 2007; MARCUSCHI, 2001), na medida em que o texto, no todo ou em alguma de suas partes, é reconhecido pelo usuário da língua como tendo configuração oral em razão de certos recursos e estratégias usados em sua construção. Em outras palavras, esses recursos e estratégias, por evocarem elementos das interações faladas, produzem no texto escrito efeitos de oralidade e, por isso, efeitos de proximidade. Portanto, a percepção de proximidade entre destinatador e destinatário que as marcas de oralidade no texto escrito produzem não deve ser concebida como decorrência de uma proximidade real entre os interlocutores, mas sim como um efeito de discurso resultante de estratégias de construção do texto.

Lançar luz sobre essas estratégias significa explicitar referências teóricas que possibilitem compreender as marcas de oralidade em textos escritos na perspectiva de uma teoria de texto. É o que aqui tentaremos fazer, concebendo o texto como um produto da enunciação, e examinando os textos falados e escritos na perspectiva dos estudos do texto e do discurso, e da semiótica discursiva, em particular.

A fala e a escrita na perspectiva dos estudos do texto e do discurso

A língua falada, mais especificamente o texto falado, tem sido examinado em outras perspectivas, sobretudo no quadro dos estudos do discurso e do texto. Vamos apresentar, muito rapidamente, algumas das direções empreendidas por esses estudos, na perspectiva da semiótica discursiva francesa. Quatro questões principais são examinadas: a da distinção entre fala e escrita e do simulacro imaginário construído sobre as diferenças entre as duas modalidades de língua; a dos efeitos de sentido de oralidade nos discursos, de sua dupla valorização e dos procedimentos linguístico-discursivos empregados na construção

desses efeitos; a da relação entre os usos e efeitos da língua falada e os diferentes gêneros discursivos; e a da necessidade de pensar fala e escrita no bojo de uma teoria do discurso.

Nessa perspectiva, procurou-se definir a fala e a escrita “ideais” com base em sua organização enunciativa e mostrar que os textos, em geral, ocupam posições intermediárias entre essas caracterizações ideais, aproximando-se ora de um, ora de outro desses “pontos extremos”.

Apontou-se, ainda, que

[...] os textos falados e escritos têm papéis diferentes nas sociedades que se servem tanto da fala quanto da escrita e que constroem sentidos de modos diversos, com estratégias e procedimentos diferentes ou preferenciais [...] (BARROS, 2000, p. 58).

Para distinguir fala e escrita, foram observadas as características temporais, espaciais e actoriais do discurso falado e escrito. Em relação ao tempo, foram examinados três traços da fala e da escrita, decorrentes da concomitância ou não concomitância da elaboração (planejamento) e da produção do discurso, e da aspectualização do tempo como contínuo (durativo) ou descontínuo (pontual). Idealmente, a escrita é planejada antes de sua realização; não apresenta, por isso mesmo, marcas de formulação e de reformulação, e suas unidades “duram” mais do ponto de vista da dimensão e da complexidade; a fala não é planejada antecipadamente e, por essa razão, apresenta traços de formulação e de reelaboração, e ocorre fragmentada em jatos ou borbotões.

Devido à caracterização ideal da fala e da escrita em relação ao tempo, a fala produz os efeitos de sentido de informalidade (decorrentes da falta de planejamento e do oferecimento de pistas de sua elaboração e de suas revisões) e de incompletude (o texto vai sendo construído na interação como algo passageiro, que não se conserva), e a escrita, os efeitos contrários de formalidade e acabamento ou completude (BARROS, 2006; 2011). Esses efeitos de sentido são determinados positiva ou negativamente. Assim, a informalidade e a incompletude da fala podem ser valorizadas positivamente, pois constroem discursos mais “francos, sinceros, subjetivos, cúmplices, atuais, novos, verdadeiros”, ou negativamente, porque produzem discursos com “envolvimento excessivo, incompletos, mal elaborados, efêmeros”. O mesmo ocorre com a escrita.

Em relação ao espaço, a fala é caracterizada pelo efeito de sentido de presença, em um mesmo espaço, dos sujeitos envolvidos na conversação, que,

dessa forma, partilham o mesmo contexto situacional. No texto escrito, por sua vez, o destinador e o destinatário não se encontram em um mesmo espaço.

Decorrem da definição espacial “ideal” de fala e escrita os efeitos de sentido de proximidade e de distanciamento, que também podem ser valorizados positivamente como cumplicidade, envolvimento afetivo, emocional e corporal, no caso da fala, e como afastamento objetivo e racional, no da escrita. A valoração negativa atribui à fala excesso de intimidade e falta de objetividade, e à escrita, ausência de cumplicidade, de subjetividade e de envolvimento.

Em relação ao ator, foram examinados, sobretudo, os papéis narrativos, temáticos e figurativos que esses atores assumem nos textos falados e escritos, e os diferentes investimentos que recebem da categoria de pessoa. Nessa perspectiva, a fala, em sua realização ideal, é uma conversação construída coletivamente por falante e ouvinte, com alternância desses papéis. O texto escrito “pleno”, por sua vez, tem elaboração “individual” do escritor e não alterna os papéis de escritor e leitor. Os efeitos de sentido obtidos são, principalmente, a descontração, a cumplicidade, a simetria e a reciprocidade entre interlocutores, no texto falado, em oposição à formalidade e à assimetria dos sujeitos da escrita. Os efeitos de sentido da organização dos atores na fala e na escrita são, também, valorizados positiva ou negativamente nos diferentes discursos.

Retomando os efeitos de sentido temporais, espaciais e actoriais dos textos falados e escritos, obtêm-se, em síntese, os efeitos de proximidade, subjetividade, descontração, informalidade, incompletude, simetria, reciprocidade, cumplicidade para a fala, e de distanciamento, formalidade, completude, assimetria, afastamento para a escrita, com valorações positivas e negativas nos dois casos.

Esses traços de caracterização da fala e da escrita ideais estão relacionados com o emprego das categorias enunciativas de pessoa, tempo e espaço, que produzem efeitos de aproximação ou distanciamento da enunciação (ver, a esse respeito, Fiorin, 1996). A semiótica discursiva distingue dois tipos de discursos: a enunciação enunciada (eu, aqui, agora), que produz efeitos de sentido de aproximação da enunciação e de relação dialógica entre sujeitos, e constrói interações predominantemente sensoriais e emocionais, e o enunciado enunciado (ela, lá, então), que cria efeitos de distanciamento da enunciação e de um certo “monologismo” na interação, e constrói interações sobretudo racionais ou intelectuais. Na fala, os discursos são, por princípio, enunciações enunciadas, mais sensoriais e emocionais, e, na escrita, os dois tipos de discurso são encontrados.

Os efeitos de sentido construídos para as modalidades falada e escrita perpassam os textos falados e escritos de nossa sociedade e podem ser exemplificados com as gramáticas do português:

- nas gramáticas portuguesas do século XVI ao XVIII não são consideradas as diferenças entre a modalidade escrita e a falada; essa distinção só começa a aparecer nas gramáticas do século XIX e torna-se realmente relevante no XX;
- o tratamento dado pelas gramáticas à modalidade falada confunde-se, muitas vezes, com o oferecido à linguagem popular; os efeitos de sentidos dos usos da fala e da linguagem popular se misturam, o que permite que sejam estabelecidas, de forma indireta e precária, diferenças de norma para a fala e para a escrita, mesmo nas primeiras gramáticas;
- a oralidade é considerada, nas gramáticas, informal, popular e marginal (fora da norma, insuficiente), e os efeitos de sentido de oralidade, que se confundem com os de linguagem popular, são valorizados negativamente, em todas as gramáticas, do século XVI ao XX, como banalidade, incorreção, deselegância, fealdade, rusticidade, grosseria, marginalidade e com envolvimento excessivo dos interlocutores; e, positivamente, apenas nas gramáticas do século XIX e, em especial, nas do XX, em que se fortalecem os traços positivos, como sinceridade, franqueza, cumplicidade, simplicidade, grande frequência de uso;
- há diferenças na concepção de norma para a escrita e para a fala, pois são aceitos na fala usos considerados insuficientes na escrita, como, por exemplo, a linguagem dita popular ou mesmo coloquial, e são aceitos na escrita, mas não na fala, os usos ditos excessivos, como, por exemplo, a linguagem erudita e/ou literária, o que indica que a fala e a escrita não têm as mesmas funções históricas e sociais;
- os efeitos de sentido de oralidade são, portanto, sociais e históricos, e a gramática participa, como instrumento de referência, de sua produção, divulgação ou mesmo imposição.

Das imagens de norma na fala, de sua aproximação da linguagem popular e de seus efeitos de sentidos decorrem os diferentes empregos de vocabulário, de estruturas sintáticas, de organização discursiva. Os discursos empregam as marcas de oralidade quando querem produzir os efeitos de sentido mencionados,

buscando obter, além disso, a valorização positiva ou negativa desses sentidos, no momento da interpretação por seus destinatários. Um bom exemplo (BARROS, 2009) é o das “metáforas populares” do presidente Lula, que são consideradas, por uns, como usos banais, deselegantes e feios de pessoas ignorantes e incultas, e, por outros, como figuras de fala que têm a simplicidade, a naturalidade e a sensatez do povo brasileiro.

No âmbito dos estudos discursivos e textuais da fala (e da escrita), devem ser ainda mencionados: os procedimentos usados para a construção dos efeitos de sentido de oralidade e de escrita (a pessoa, o tempo e o espaço do discurso, que produzem simulacros discursivos da instância da enunciação; a comunicação gestual, no caso de textos visuais e sincréticos; a escolha de elementos lexicais e sintáticos que as normas gramaticais consideram próprios da fala; as marcas de elaboração e reelaboração do texto, e os diferentes tipos de marcadores conversacionais); a relação entre os usos e efeitos da língua falada e os diferentes gêneros discursivos, ou seja, o papel das modalidades falada e escrita na composição do gênero e quais efeitos de sentido dos usos falados e escritos ocorrem preferencialmente em cada gênero; a do exame da conversação e de outras relações com a língua falada (entrevistas, debates etc.) no quadro das interações de risco de Eric Landowski (2014), que distingue interações por programação, por manipulação, por ajustamento e pelo acaso; a de tomar os estudos de língua falada como base para os da linguagem na web, tendo em vista que os textos na internet se caracterizam pela complexidade entre fala e escrita.

Para tanto, é necessário esse cruzamento entre os estudos da conversação (análise da conversação) e os estudos da língua falada na perspectiva das teorias do texto e do discurso, e da semiótica em especial, para o exame das características da fala e da escrita, de seus efeitos de sentido e dos papéis que as modalidades da língua assumem na sociedade. É nesse contexto teórico e metodológico que se situam os artigos deste dossiê, a seguir relacionados e brevemente sumarizados.

Em “A produção de reparo resultante de discrepâncias referenciais em uma conversa cotidiana: um estudo analítico”, Paola Gabriela Konrad mostra, numa interação de fala cotidiana entre pessoas da mesma família durante uma atividade habitual, como problemas concernentes a questões de referenciação podem culminar na produção de reparos na fala.

Em “Interrupção/assalto ao turno, o papel do gênero e o efeito cultural”, Rebeca Rodrigues de Santana trata das condições da interrupção do turno e da

colaboração no assalto ao turno em situações nas quais são pertinentes o gênero dos interlocutores e o papel cultural da interrupção.

Em “A relevância do contexto nas investigações conversacionais”, Karina de Almeida Rigo mostra como é facultado ao pesquisador participante da interação analisar a observação e a descrição de um cenário de domínio autêntico.

Em “Reflexões epistemológicas para estudos significativos a partir de relatos orais: a experiência vivida no aprendizado de uma língua estrangeira”, Cássia Regina Rocha Gonçalves faz reflexões epistemológicas, no contexto de ensino e de aprendizagem de língua estrangeira, visando a potencializar a sensibilidade de pesquisadores que queiram dedicar-se à pesquisa narrativa a partir de relatos orais.

Em “Entrevista radiofônica: a desconstrução da crença do ‘bem falado’ e do ‘malfalado’ em uma proposta sociodiscursiva de ensino”, Klauber Franco de Souza e Simone Azevedo Floripi relatam e analisam uma atividade em sala de aula centrada no gênero entrevista radiofônica, que teve por objetivo desconstruir crenças dos alunos relacionadas à avaliação das manifestações faladas.

Em “A atenuação do tu enunciativo nas formulações metadiscursivas do documentador em entrevistas semidirigidas”, Lara Oleques de Almeida descreve e analisa, sob a perspectiva da Linguística Interacional e da Teoria da Enunciação, estratégias discursivas de atenuação por ocultação do tu enunciativo em entrevistas semidirigidas, em situações nas quais o falante formula perguntas metadiscursivas ao seu interlocutor.

Em “O uso estratégico das formas de tratamento corteses para expressar descortesia e vice-versa”, Yedda Alves de Oliveira Caggiano Blanco e Ramiro Carlos Humberto Caggiano Blanco mostram como formas de tratamento, em princípio corteses, podem ser empregadas como recursos de ataque à imagem pública do ouvinte, enquanto outras, consideradas descorteses, podem ser usadas com a finalidade estratégica de aproximação social.

Em “É possível ser cortês num debate político às vésperas das eleições?”, Ione Vier Dalinghaus analisa as manifestações “de cortesia” no debate político final entre os dois candidatos à presidência da República, na eleição de 2014, e mostra que a cortesia é somente aparente, pois, em verdade, ela se destina à desqualificação mútua.

Em “Marcas da oralidade e persuasão no telejornalismo brasileiro”, Patrícia Aparecida Silva analisa aspectos da relação entre oralidade e persuasão em telejornais brasileiros.

Em “A fuga do tópico discursivo: uma estratégia conversacional para preservação da face política”, Márcio Battisti analisa estratégias de gerenciamento de tópico, estabelecendo relação entre os recursos discursivos empregados e o empenho do falante, Michel Temer, para preservar sua imagem pública após possível escândalo de corrupção envolvendo o seu nome.

Em “A subjetividade no discurso nostálgico: um estudo de caso”, Cristiane de Oliveira Eugenio revela como uma mulher de 80 anos, em manifestação nostálgica no âmbito de uma interação falada, instaura a subjetividade em seu discurso.

Em “Análise semiótica de um anúncio publicitário: sob a perspectiva da semiótica greimasiana”, Nadir Chagas, analisando, à luz da semiótica greimasiana, um anúncio publicitário no contexto de um *blog*, discute o tema da violência contra a mulher e sua relação com o silêncio.

DIANA LUZ PESSOA DE BARROS

JOSÉ GASTON HILGERT

Organizadoras

REFERÊNCIAS

BARROS, D. L. P. de. Entre a fala e a escrita: algumas reflexões sobre as posições intermediárias. In: PRETI, Dino (Org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas, 2000. p. 57-77.

BARROS, D. L. P. de. Efeitos de oralidade no texto escrito. In: PRETI, Dino (Org.). *Oralidade em diferentes discursos*. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 57-84.

BARROS, D. L. P. de. Linguagem popular e oralidade: efeitos de sentido nos discursos. In: PRETI, Dino (Org.). *Oralidade em textos escritos*. São Paulo: Humanitas, 2009. p. 41-72.

BARROS, D. L. P. de. Efeitos da oralidade em gêneros discursivos diferentes. In: PRETI, Dino (Org.). *Variações na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2011. p. 209-242.

BLANCHE-BENVENISTE. *Le français parlé: études grammaticales*. Paris: CNRS, 1990.

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática, 1996.

HILGERT, J. G. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de Porto Alegre: diálogos entre dois informantes*. Florianópolis: Insular, 2009. v. III.

KOCH, P.; OESTERREICHER, W. *Zeitschrift für Germanistische Linguistik*, v. 35, p. 346-375, 2007.

KOCH, P.; OESTERREICHER, W. Sprache der Nähe–Sprache der Distanz. *Romanistisches Jahrbuch*, v. 36, p. 15-43, 1985.

KOCH, P.; OESTERREICHER, W. *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch*. Tübingen: Niemeyer, 1990.

KOCH, P.; OESTERREICHER, W. Funktionale Aspekte der Schriftkultur. In: GÜNTHER, H.; LUDWIG, O. (Eds.). *Schrift und Schriftlichkeit*. Berlin; Nova York: Walter de Gruyter, 1994. v. 1, p. 588-604.

LANDOWSKI, E. *Interações arriscadas*. Tradução Luiza Helena O. da Silva. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.